



PARLAMENTO DO BOTSWANA

SADC-PF

RELATÓRIO SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS RESOLUÇÕES DOS 55. SESSÃO DE ASSEMBLEIA PLENÁRIA

SUMÁRIO EXECUTIVO

Os 55ª Sessão da Assembleia Plenária do Fórum Parlamentar da SADC realizou-se em Luanda, República Democrática de Angola, no dia 1ª para 7ª Julho de 2024 sob o tema **“Reduzir a escassez de energia e promover políticas de energias renováveis na região da SADC e criar um mercado energético regional único”**

No final do Plenário, foram aprovadas resoluções para os Parlamentos Membros acompanharem a implementação dos progressos realizados nos vários tópicos principais que foram discutidos. O Botswana reconhece que estas resoluções servem como um roteiro para o compromisso e acção parlamentar, afirmando a necessidade de esforços multifacetados que abrangem a inclusão de género, a cooperação transfronteiriça, práticas sustentáveis e o reforço de capacidades. Ao abordar estas questões, os estados membros da SADC podem trabalhar colectivamente para garantir que a região resolve a escassez de energia e promove políticas de energias renováveis que acabarão por garantir a suficiência energética para impulsionar as actividades económicas na região.

Neste momento de défice energético mundial, é necessário que os parlamentares aproveitem o seu mandato constitucional como deputados para pôr em marcha o mecanismo da reforma energética. Alcançar a segurança energética é hoje um puzzle que consiste em várias peças interligadas, nomeadamente a implementação de políticas de baixo carbono, a adopção de leis facilitadoras que revelam medidas verdes, a concessão de incentivos fiscais para equipamentos de energia eólica e solar, para mencionar, mas um pouco.

1.RESOLUÇÃO SOBRE O PAPEL DOS PARLAMENTOS NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE ENERGIAS RENOVÁVEIS NA REGIÃO DA SADC E NA CRIAÇÃO DE UM MERCADO ÚNICO REGIONAL DE ENERGIA

Para compreender o desempenho do Botswana enquanto país no que diz respeito ao desenvolvimento das energias renováveis e ao acesso à energia de uma forma mais ampla, os parlamentares devem colocar questões parlamentares. A investigação deverá ajudar a contextualizar estas questões para ter em conta as especificidades nacionais ou regionais, mas as seguintes questões-modelo podem ajudar:

- Até que ponto estamos a satisfazer as necessidades energéticas da população? Que percentagem da população permanece sem acesso seguro à energia?
- A intermitência é um problema? Em caso afirmativo, em que escala e em que medida é que isto dissuade o desenvolvimento económico e os investimentos?
- O que indicam as projeções em relação às futuras exigências energéticas? Seremos capazes de satisfazer as crescentes necessidades energéticas com a nossa atual capacidade de geração? De quanta capacidade adicional esperamos necessitar e que estratégias existem para o garantir?
- Que percentagem da criação actual de energia é gerada através de energias renováveis?

O Botswana tem uma política energética nacional 2020-2040 que orienta o desenvolvimento e a gestão do sector energético. A visão da política é criar um sistema energético que garanta o fornecimento seguro e fiável de serviços energéticos modernos para todos os sectores da economia e reduzir significativamente as emissões atmosféricas relacionadas com a energia até ao ano 2040.

Atualmente, a capacidade instalada de geração de energia eléctrica no país é de 892MW. Isto é feito a partir de centrais eléctricas a carvão, representando 732 MW, e o restante de 160 MW é proveniente de centrais eléctricas de emergência a diesel.

Existem, no entanto, programas de promoção de energias renováveis e de redução de emissões de gases com efeito de estufa, nomeadamente implementação do plano integrado de recursos (IRP 2020-2040), projecto de Bio Gás, produção de Biodiesel, programa solar fora da rede e programa solar em telhados. O programa solar nos telhados está a ser implementado pelo governo para criar um ambiente em que os utilizadores finais possam gerar a sua própria electricidade e vender qualquer excedente que possam ter à Botswana Power Corporation. O programa é um mecanismo alternativo adequado para facilitar a participação do sector privado e aumentar a utilização da energia solar. A este respeito, a Autoridade Reguladora de Energia do Botswana foi criada através de uma lei do Parlamento para proporcionar um quadro regulamentar eficiente. Uma das suas responsabilidades é garantir que as tarifas do sector regulado são fixadas de forma eficaz e transparente.

2.RESOLUÇÃO SOBRE O REFORÇO DO PAPEL DO PARLAMENTO NO EMPODERAMENTO DAS MULHERES PARA A PROSPERIDADE ECONÓMICA NA REGIÃO DA SADC E REMOÇÃO DE BARREIRAS À INCLUSÃO FINANCEIRA DAS MULHERES

Estudos do Banco Mundial demonstraram que quando as mulheres participam plenamente na economia, o crescimento do PIB acelera e os níveis de pobreza diminuem. Contudo, na região da SADC as mulheres enfrentam barreiras sistemáticas que restringem as suas actividades económicas. Por exemplo, as mulheres das zonas rurais não têm frequentemente acesso a serviços bancários formais devido a limitações infra-estruturais e constrangimentos culturais. Os parlamentos desempenham um papel fundamental na definição de políticas, na promulgação de leis e na promoção de um ambiente propício que elimine as barreiras à inclusão financeira das mulheres. Existem algumas estratégias que podem ajudar os Parlamentos a atingir este objectivo

No Botswana, o Roteiro e Estratégia Nacional de Inclusão Financeira foi desenvolvido utilizando conhecimentos importantes do FinScope e do Making Access Possible (MAP) e inquéritos para avaliar o nível de inclusão financeira, de acordo com

o Ministério das Finanças. As áreas prioritárias foram o desenvolvimento do ecossistema de pagamentos, a facilitação de produtos de poupança acessíveis e de baixo custo, o desenvolvimento de produtos acessíveis de mitigação de riscos, a melhoria do funcionamento do mercado de crédito e a protecção do consumidor. Através da estratégia, o Botswana conseguiu alcançar o crescimento do dinheiro electrónico e das remessas; expandir os produtos de poupança direcionados; e melhor acessibilidade aos produtos de seguros, entre outros. A promoção da igualdade de género e a concessão de oportunidades iguais a homens e mulheres para participarem na economia são componentes-chave da agenda redefinida do Governo para o desenvolvimento inclusivo.

Só no ano passado, *Mulheres, Empresas e Direito*, o Escritório do Banco Mundial no Botswana e o Ministério da Juventude, Género, Desporto e Cultura do Botswana, como era então designado, acolheram o workshop sobre Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres em Gaborone. O workshop lançou o *Mulheres, as Empresas e o Direito 2023* relatório e convocou representantes do governo, do sector privado e da sociedade civil para abordar as disparidades críticas de género que actualmente dificultam o empoderamento económico das mulheres do Botswana. Na oficina, *Mulheres, Empresas e Direito* destacou as conquistas do país em matéria de igualdade jurídica de género ao longo dos últimos 50 anos e discutiu as restantes barreiras legais ao emprego e ao empreendedorismo das mulheres.

3. RESOLUÇÃO SOBRE UMA ABORDAGEM COLABORATIVA NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES NAS ELEIÇÕES (VAWE) E NA POLÍTICA NA REGIÃO DA SADC: O PAPEL DO PARLAMENTO

A violência contra as mulheres na vida política, incluindo durante e após as eleições, é qualquer ato ou ameaça de violência baseada no género, que resulte em danos ou sofrimento físico, sexual, psicológico para as mulheres, que as impeça de exercer e concretizar os seus direitos políticos. , quer em espaços públicos ou privados, incluindo o direito de votar e de ocupar cargos públicos, de votar em segredo e de fazer campanha livremente para se associar e reunir, e de gozar de liberdade de opinião e de expressão. Tal violência pode ser perpetrada por qualquer pessoa (familiar, membro da comunidade e/ou pelo Estado). Os perpetradores em relação à VAWE são os actores políticos, os actores sociais e os actores estatais.

As leis do Botswana não abordam especificamente a violência contra as mulheres nas eleições. A VCM é tratada com as leis existentes que abordam a violência, como o Capítulo 08:01 do Código Penal e a Lei sobre a Violência Doméstica, Capítulo 28:05.

A Secção 114 da Lei Eleitoral proíbe comportamentos desordeiros durante reuniões políticas. Fala da conduta das pessoas durante as reuniões de natureza política e também das sanções que serão impostas a qualquer perpetrador. Isto é uma indicação de que a Lei Eleitoral não aborda especificamente a violência contra as mulheres nas eleições, embora estas disposições possam ser consideradas suficientes para proteger as mulheres nas eleições.

No entanto, ainda há mais a fazer para abordar especificamente a violência contra as mulheres nas eleições. Abaixo estão algumas das coisas que o parlamento pode fazer para mitigar a VAWE.

- Fazer lobby por uma revisão constitucional: uma revisão constitucional abrangente neste sentido chegará ao código penal e imporá penas relacionadas com a violação das mulheres na política, uma vez que as disposições teriam sido feitas em relação aos seus direitos políticos
- Forjar parcerias com as Organizações da Sociedade Civil (OSC): O Parlamento deve trabalhar em colaboração com as OSC para reforçar os seus papéis de monitorização, lobbying e advocacia. Antes das Eleições Gerais de 2024, o Grupo Parlamentar sobre as Mulheres reuniu-se e interagiu com vários parceiros de desenvolvimento importantes e organizações da sociedade civil. Nas suas interações, o Comité procurou estabelecer os progressos alcançados na consecução da igualdade de género, aumentando a participação política das mulheres e protegendo os direitos das crianças. A este respeito, de acordo com os seus termos de referência, os principais parceiros de desenvolvimento, como o Gabinete dos Coordenadores Residentes das Nações Unidas e a UNICEF, interagiram com o Comité, juntamente com organizações da sociedade civil, como o Conselho de Organizações Não Governamentais do Botswana (BOCONGO), a Rede de Ética do Botswana , Lei e VIH e SIDA (BONELA), Ligações de Género, Childline Botswana, Emang Basadi e Sisonke.

4. RESOLUÇÃO SOBRE O AVANÇO DA AGENDA 2040 DA UA PARA AS CRIANÇAS: FORTALECENDO O ENVOLVIMENTO PARLAMENTAR PARA A LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS CENTRADAS NA CRIANÇA

A Agenda Africana para as Crianças 2040 emana das conclusões da Conferência de Alto Nível para avaliar a situação dos direitos das crianças em África 25 anos após a adopção da Carta, que foi realizada em Adis Abeba, de 20 a 21 de Novembro de 2015. Como resultado, os Parlamentos Nacionais são obrigados a formular ou rever legislação sobre a adopção e o tráfico de seres humanos, enfatizando a promoção e a priorização dos cuidados de parentesco para garantir que os melhores interesses da criança são defendidos; Os parlamentos são ainda encorajados a promulgar e aplicar leis para eliminar práticas culturais prejudiciais, como o casamento infantil e a mutilação genital feminina, acompanhadas de campanhas de sensibilização pública e estratégias de envolvimento comunitário.

O Governo do Botswana criou recentemente um novo Ministério responsável pelo Bem-Estar Infantil e pela Educação Básica. É a primeira vez que é criado um ministério inteiro responsável pelo bem-estar da criança, e isto acontece porque o Governo reconhece a importância de garantir que os direitos da criança permanecem no centro da agenda nacional.

O Botswana enfrenta elevados índices de violência contra crianças, raparigas adolescentes e mulheres jovens. Relatórios da UNICEF no Botswana indicam que 43% dos rapazes e 28% das raparigas sofrem violência física, mas apenas 10% destes casos são reportados, revelando uma crise oculta significativa. O Botswana continua, por isso, a ter em alta consideração os direitos das crianças, proporcionando educação gratuita para todos e garantindo que as escolas do Botswana proporcionam um ambiente acolhedor e seguro onde as crianças podem prosperar.

O Governo pronunciou ainda um seguro nacional de saúde onde todos os cidadãos terão assistência médica. Isto estender-se-á também às crianças e reforçará ainda mais o direito das crianças a receber cuidados médicos. Devo apressar-me a afirmar que, ao longo dos anos, a mortalidade relacionada com o VIH/SIDA e as infecções neonatais diminuíram significativamente, levando à eliminação da transmissão de mãe para filho, o que valeu ao Botswana um nível de prata da Organização Mundial de Saúde.

5.RESOLUÇÃO SOBRE O AUMENTO DO PAPEL DO PARLAMENTO NA MITIGAÇÃO DOS RISCOS ELEITORIAIS E NA CONSTRUÇÃO DE UMA MAIOR RESILIÊNCIA NOS PROCESSOS ELEITORES NA REGIÃO DA SADC

O planeamento eleitoral é um processo liderado pela Comissão Eleitoral Independente. As principais considerações do planeamento eleitoral são o calendário dos eventos eleitorais e os recursos, financeiros e humanos, necessários para a implementação de actividades específicas. As considerações específicas incluem, entre outras, os custos associados às diferentes actividades, o recrutamento e formação do pessoal eleitoral, a aquisição de materiais eleitorais, a organização logística, a comunicação e a segurança envolvidas. Nas sociedades propensas a conflitos, um Órgão de Gestão Eleitoral (OGE) beneficiará da realização de uma avaliação de riscos para identificar potenciais pontos fracos do processo e ameaças à segurança, tanto internas como externas aos processos eleitorais.

Os parlamentos promulgam e supervisionam as leis eleitorais, garantindo a sua eficácia e adaptabilidade. É também dever do Parlamento supervisionar e monitorizar os processos eleitorais para verificar o cumprimento dos quadros jurídicos e das melhores práticas. O envolvimento parlamentar activo é essencial para desenvolver e manter estratégias de mitigação robustas e planos de contingência para salvaguardar a integridade eleitoral.

No Botswana, pretendemos ter uma revisão constitucional abrangente, uma das coisas que será analisada são as nossas leis eleitorais e a melhor forma de as melhorar.

6.RESOLUÇÃO SOBRE A PROMOÇÃO DA ACÇÃO CLIMÁTICA NOS PARLAMENTOS PARA FORTALECER A SEGURANÇA ALIMENTAR E A AGRICULTURA SUSTENTÁVEL; MELHORAR OS RESULTADOS DE SDSR; E GOVERNAR OS RECURSOS NATURAIS DE FORMA EFICAZ

Os desafios interligados das alterações climáticas, da insegurança alimentar e do acesso inadequado à saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos (SDSR) exigem uma acção urgente por parte dos parlamentares, especialmente nos países em desenvolvimento de África.

À medida que os cenários climáticos projectam secas crescentes e padrões climáticos erráticos, África enfrenta ameaças significativas à produtividade agrícola e à segurança alimentar. Neste contexto, os parlamentares desempenham um papel crucial na garantia de recursos suficientes para intervenções que não só promovam a acção climática, mas também priorizem os serviços de saúde e a educação. Garantir que as políticas agrícolas promovem práticas sustentáveis é essencial, como evidenciado pelos protocolos da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), que visam aumentar a produtividade agrícola no contexto das alterações climáticas.

Como parte do seu compromisso de melhorar o financiamento do investimento na agricultura, a declaração de Malabo resolveu manter o compromisso de alocar pelo menos 10% da despesa pública à agricultura e garantir a sua eficiência e eficácia.

Numa tentativa de alinhar com este compromisso, o Parlamento do Botswana, no exercício de 2023-24, concedeu ao Ministério da Agricultura um orçamento total de Dois Mil Milhões, Quinhentos e Quarenta Milhões, Trezentos e Cinquenta e Dois Mil, Novecentos e Noventa Pula (P 2 540 352 990). Este compreende um bilião, quatrocentos e cinquenta e um milhões, duzentos e 14 trinta e dois mil, novecentos e noventa salta (P 1 451 232 990) ou 57% e um bilião e oitenta e nove milhões, cento e vinte mil salta (P 1089 120 000) ou 43%, para os Orçamentos Recorrentes e de Desenvolvimento, respetivamente. Este orçamento foi atribuído para incentivar o investimento em programas agrícolas e outras iniciativas que estão mandatadas para melhorar a situação da agricultura no Botswana.

O Legislativo, através da sua Comissão Parlamentar de Pasta sobre Agricultura, Terras e Habitação, é responsável por examinar minuciosamente os ministérios, departamentos e agências governamentais relevantes com responsabilidades de pasta em relação à Agricultura, Terras e Habitação. Este Comité reconhece o papel crucial que o sector agrícola desempenha na economia e irá continuamente securitizar programas e políticas relacionadas com o mesmo, para fortalecer o sector agrícola e garantir um impacto positivo na produtividade global da agricultura. A Comissão da Pasta Parlamentar da Agricultura, Terras e Habitação realizou uma viagem de estudo pelo País com o objectivo de avaliar a

desempenho do sector agrícola e promover a responsabilização mútua entre as partes interessadas, de modo a identificar fraquezas de capacidade, aumentar a responsabilização mútua e desenvolver planos de acção estratégicos, de modo a apresentar recomendações para impulsionar o crescimento e o desenvolvimento agrícola.

TÓPICOS DO ANEXO

	ARTIGO	AÇÃO NECESSÁRIA	ESTATUTO
1.	Transformação do Fórum para uma SADC Parlamento Regional.	1) Após a 44ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC, realizada em Harare, Zimbabué, poderá a 56ª Assembleia Plenária ser informada sobre o progresso a nível nacional para fazer comentários sobre o projecto de Protocolo sobre a Criação do Parlamento da SADC ? (2) Poderá a 56ª Assembleia Plenária ser informada sobre os progressos na assinatura do Acordo de Alteração do Tratado da SADC para estabelecer o Parlamento da SADC? (para os países que ainda não assinaram o Acordo)	Na sequência da chamada de cortesia dirigida ao Antigo Presidente da República do Botswana, Dr. Mokgweetsi Eric Keabetswe Masisi, o Governo do Botswana iniciou o processo necessário para facilitar a assinatura deste protocolo.
2	Lidar com o impacto da Inflação no Orçamento do Fórum: Aumento das Obrigações Contribuições dos membros	(1) Após o período inflacionário em 2022-2024, durante o qual se verificou um aumento dos preços dos bens e serviços na Namíbia e em geral em toda a SADC, juntamente com a depreciação das moedas da SADC <i>vis-à-vis</i> Euro e o USD, que a 56ª Assembleia Plenária seja informada se o Parlamento Membro concorda com um aumento de (vinte) 20% das Contribuições Obrigatórias dos Membros para garantir que	O Governo do Botswana irá empenhar-se mais nesta questão e verificar se o aumento proposto é viável.

		o Fórum continua a funcionar sem impedimentos?	
3	Destacamento de sénior parlamentar pessoal para os programas e Negócios Parlamentares e Idiomas departamento	(1) Tendo tomado conhecimento do organograma do FP-SADC que indica que existem várias vagas nos Programas e outros departamentos do Fórum, a 56ª Assembleia Plenária pode ser informada se o Parlamento Membro pode planear destacar, a custo total, altos funcionários parlamentares para ocupar estes cargos com vista a apoiar as operações empresariais e os programas parlamentares do Fórum?	O Parlamento do Botswana está empenhado em estabelecer uma parceria com o Fórum na condução dos seus objectivos e continuará a colaborar em todas as áreas possíveis.
4	Designação de foco pessoa para monitorizar a domesticação de Leis-Modelo	Em linha com uma recomendação consagrada nos Termos de Referência da Comissão Regional de Supervisão das Leis Modelo Parlamentares (RPMLOC) do Fórum, a 56ª Assembleia Plenária pode ser informada se uma pessoa focal dentro do Parlamento foi designada para auxiliar a Comissão na monitorização da domesticação das Leis-tipo adotadas pelo Fórum?	A designação de uma pessoa focal responsável pela monitorização da integração das Leis-Modelo adoptadas pelo Fórum é essencial para garantir que as Leis-Modelo são transmitidas a nível Nacional e recebem a mais ampla publicidade possível. É necessário que os Parlamentos Nacionais apreciem as Leis-Modelo do Fórum para as aplicar a nível nacional.
5	Implementação do 2023-2026 SDSR e Projeto de Governação	Em linha com a comunicação enviada aos parlamentos em outubro de 2023, a 56.ª Assembleia Plenária seja informada sobre o seguinte: (1) Assinatura do Acordo para Implementar o Projecto de SDSR e Governação em colaboração com o FP da SADC; (2) Recrutamento de Investigadores em SDSR;	O Parlamento do Botswana acaba de recrutar uma equipa de quatro investigadores. Estes ainda não foram formados e desde então temos solicitado ajuda ao Fórum nesse sentido.

		<p>(3) Quanto é que o seu Parlamento utilizou os recursos atribuídos ao seu Parlamento para implementar atividades;</p> <p>(4) Número de actividades já implementadas, número de funcionários formados, número de deputados formados e número de OSC formados no âmbito do Projecto; e</p> <p>(5) Quaisquer recomendações alinhadas com o Contrato de Projeto que devam ser consideradas pelos 56o Assembleia Plenária.</p>	
--	--	---	--